2.1. Education governance, autonomy and accountability

SP - (18640) - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - BRASIL

Elisangela Skaff (Brazil)[1]

1 - Universidade Federal do Paraná

Short Abstract

A abertura democrática iniciada em 1985 no Brasil intensificou a mobilização da sociedade a fim de promover a ampla participação dos sujeitos e organizações sociais na articulação de políticas de Estado para a educação brasileira. A participação desses sujeitos no processo de construção da política pública implica na reconfiguração do papel do Estado, uma vez que cria elementos para a constituição do conceito de governança local que incorpora, via interações múltiplas, a relação governo e sociedade (Gohn, 2011). Nesse contexto, movimentos sociais filiados ao campo educacional vêm se mobilizando na direção da elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE), tema debatido por intelectuais brasileiros desde a década de 1930 e sempre atravessado por rupturas e esquecimentos (Scaff, Oliveira e Lima, 2018). O último PNE elaborado no Brasil tem vigência de 2014 a 2024 (Brasil, 2014) e implicou em ampla participação popular, seja em nível nacional, estaduais e municipais, por meio da elaboração de planos estaduais e municipais de educação, os quais, à exemplo do PNE, contemplam metodologias de monitoramento e avaliação contínuos, a serem desenvolvidos mediante ampla participação de atores sociais, em nível local. É objetivo deste trabalho analisar a participação social nos processos de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação do Paraná, localizado na região sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, desenvolvida por meio de levantamento nas páginas eletrônicas do Plano Nacional da Educação (PNE), da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (Seed-PR), do Conselho Estadual de Educação (CEE-PR), do Fórum Estadual de Educação (FEE-PR) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Os resultados apontam que a metodologia de participação social definida pela União foi incorporada pelo estado do Paraná apenas no momento da elaboração do Plano Estadual de Educação do Paraná (Paraná, 2015), entre 2014 e 2015, não sendo evidenciada no relatório parcial de avaliação (Paraná, 2020), publicado em 2020. Tal fato, associado ao esmaecimento do Fórum Estadual de Educação do Paraná, a partir de 2016, e aparente extinção desde 2019, sinaliza para a contração do movimento de participação social na elaboração das políticas educacionais no estado, que se alinha, dessa forma, às políticas desenvolvidas pela União nos últimos cinco anos. A omissão do papel coordenador da União, a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, bem como a negação da participação social como eixo de construção das políticas públicas, especialmente após as eleições de 2018, trouxe consequências drásticas para os planos decenais de educação, deixando-os vulneráveis à mais variada ordem de interesses políticos manifestos nos entes federativos locais, o que compromete qualquer perspectiva de consolidação de um sistema nacional de educação, objetivo primeiro do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

References

BRASIL (2014). **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ ato2011- 2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em nov. 2014.

GOHN, Maria da Glória (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** v. 16 n. 47. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

PARANÁ (2015). **Lei Nº. 18.492, de 24 de Junho de 2015**. A prova o Plano Estadual de Educação (PEE-PR), com vigência por dez anos... Curitiba, PR, Governo do Estado do Paraná.

PARANÁ (2020). R**elatório parcial de avaliação do Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná. Curitiba, PRÇ Ipardes.**

SCAFF, E. A. S.; OLIVEIRA, M. dos S. de; LIMA, S. E. de (2018). O planejamento educacional frente às fragilidades da democracia brasileira. **ETD-Educação Temática Digital.** Campinas, SP, v.20 n.4.